



Relatório de Situação de Referência

**Biodiversidade nos rótulos e selos
da indústria alimentar**

Relatório de Situação de Referência

Biodiversidade nos rótulos e selos da indústria alimentar

Este documento é a tradução, para português, das secções “Introduction”, “Project Overview” e “Conclusions and Considerations – Biodiversity in the criteria” do “Baseline Report - Biodiversity in standards and labels for the food sector”, produzido pelo projecto “LIFE Food & Biodiversity” (LIFE15 GIE/DE/000737), financiado pelo Programa LIFE da União Europeia.

O documento original está disponível em www.business-biodiversity.eu/pt/biodiversidade-nos-rotulos.

01

INTRODUÇÃO

02

VISÃO GERAL DO PROJECTO

06

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES - BIODIVERSIDADE EM RÓTULOS E EMPRESAS

» **Destruição e Degradação de ecossistemas**

- 6.1.1 Principais resultados
- 6.1.2 Exemplos positivos de critérios que abordam este critério com alta efectividade
- 6.1.3 Conclusões

» **Sobre-exploração de recursos naturais**

- 6.2.1 Principais resultados
- 6.2.2 Exemplos positivos de critérios que abordam este critério com alta efectividade
- 6.2.3 Conclusões

» **Protecção das espécies e espécies exóticas invasoras**

- 6.3.1 Principais resultados
- 6.3.2 Exemplos positivos de critérios que abordam este “driver” com alta efectividade
- 6.3.3 Conclusões

» **Perda de diversidade genética**

- 6.4.1 Principais resultados
- 6.4.2 Exemplos positivos de critérios que abordam este critério com alta efectividade
- 6.4.3 Conclusões

» **Gestão**

- 6.5.1 Principais resultados
- 6.5.2 Exemplos positivos de critérios que abordam este “driver” com alta efectividade
- 6.5.3 Conclusões

INTRODUÇÃO

Este Relatório de Situação de Referência (“Baseline Report”) resume os resultados de uma análise de 54 rótulos regionais, nacionais, europeus e internacionais para o sector alimentar e de requisitos de empresas agro-alimentares para a sua cadeia de abastecimento. A análise foi realizada no âmbito da iniciativa europeia „Biodiversidade nos rótulos e selos da indústria alimentar”, apoiada pela Comissão Europeia. O relatório fornece uma visão abrangente sobre como a protecção da biodiversidade é actualmente abordada nos rótulos e marcas da indústria. As políticas dos rótulos e das empresas, bem como os seus critérios e requisitos, foram avaliadas quanto à eficácia para a protecção da biodiversidade, o seu ênfase no âmbito do rótulo ou dos sistemas de certificação das empresas e a sua transparência e verificabilidade. A análise baseou-se nos resultados de investigação e de experiências práticas.

Além dos resultados, o Relatório de Situação de Referência contém conclusões indicando a necessidade e o potencial de melhoria do desempenho da biodiversidade dos rótulos e requisitos das empresas. As conclusões foram elaboradas por uma equipa multidisciplinar de especialistas.

Quem deve ler o documento e porquê?

O principal grupo-alvo são as pessoas responsáveis pela revisão das regras dos rótulos e a elaboração ou revisão das Directivas de Abastecimento das empresas do ramo alimentar. O Relatório de Situação de Referência ajuda a comparar o próprio rótulo ou requisitos com o desempenho médio actual dos rótulos e directivas no mercado. Os Directores de produto e directores de qualidade de empresas do ramo alimentar, bem como os coordenadores de estratégias/políticas de sustentabilidade, poderão ter uma visão sobre que aspectos da protecção da biodiversidade são mais ou menos eficazmente

abordados pelos rótulos. Esta informação é igualmente relevante para os peritos envolvidos em temas relacionados com a agricultura/indústria alimentar e biodiversidade (consultores agrícolas, certificadores de rótulos alimentares, instituições científicas, ONG de Ambiente, entidades da Administração do ramo agrícola ou de conservação da natureza, etc.).

As associações do sector alimentar, cooperativas agrícolas e associações também poderão beneficiar do relatório. O potencial de melhoria identificado no indica que aspectos da biodiversidade deverão ser mais eficazmente abordados a fim de reduzir impactos negativos e contribuir de forma mais substancial para travar a sua perda.

Próximos passos

Os resultados do Relatório de Situação de Referência serão usados como contributo para a elaboração de recomendações para organizações detentoras de rótulos e empresas do sector alimentar sobre a melhoria dos seus critérios com relevância para a biodiversidade. Estarão envolvidos nesta tarefa representantes de organizações e empresas detentoras de rótulos, entidades certificadoras, instituições científicas, ONG de Ambiente e entidades da Administração do ramo agrícola ou de conservação da natureza.

Este processo começará em Junho de 2017, e resultará num documento sobre „Recomendações para melhorar o desempenho da biodiversidade de rótulos e requisitos de empresas no sector alimentar”, previsto para Novembro de 2017.

Se estiver interessado em participar na elaboração das recomendações, entre em contacto com o coordenador do projecto no seu país!

VISÃO GERAL DO PROJECTO

A perda de biodiversidade é um dos maiores desafios do nosso tempo. As actividades humanas estão a levar à perda de espécies a um ritmo 1000 vezes mais rápido do que em circunstâncias naturais. Muitos ecossistemas que nos fornecem recursos essenciais correm o risco de desaparecer. A conservação e a utilização sustentável da biodiversidade não são apenas questões ambientais, mas sim requisitos fundamentais para a nossa nutrição, os processos de produção, os serviços e a qualidade de vida global. Em combinação com o sector agrícola, os produtores de alimentos e retalhistas têm um grande impacto na biodiversidade. Infelizmente, a protecção da biodiversidade ainda não está entre os seus principais interesses. Em geral, as interacções entre a atividade humana e a biodiversidade são complexas. Devido a esta complexidade, reduzir os efeitos negativos sobre a natureza da cadeia de abastecimento completa de um produto alimentar - do berço à prateleira - representa um desafio.

Os rótulos e requisitos da indústria alimentar ajudam a qualificar certos atributos de um produto e do próprio processo de produção. Orientam os consumidores com informações sobre a qualidade dos produtos, o seu impacto ambiental e social e sobre a natureza.

Objectivos do Projecto

O principal objectivo é a melhoria do desempenho da biodiversidade nos rótulos e requisitos da indústria alimentar através de a) apoio às organizações detentoras de rótulos na inclusão de critérios eficientes de biodiversidade nos seus requisitos; e b) motivação das empresas de processamento de alimentos e retalhistas para a inclusão de critérios de biodiversidade nas suas directivas de abastecimento. Pretende-se atingir este objectivo através de:

- » Formação de certificadores e auditores, bem como de directores de produtos e qualidade das empresas;
- » Desenvolvimento e implementação de um sistema de monitorização para a biodiversidade comum aos vários rótulos;
- » Divulgação de resultados e informação ao sector alimentar e às organizações detentoras de rótulos.

Uma iniciativa à escala europeia sobre "Biodiversidade em Rótulos e Selos do Sector Alimentar", resultante do projecto, continuará a trabalhar sobre o tema para além da vida do projecto após 2020.

Acções e meios envolvidos

Mais de cinquenta rótulos e requisitos de empresas alimentares foram avaliados por critérios de biodiversidade. Os resultados e conclusões são resumidos neste Relatório de Situação de Referência. O próximo passo é a elaboração de recomendações para a melhoria das políticas e critérios dos rótulos, bem como dos requisitos das empresas em relação à sua cadeia de distribuição. Estas recomendações serão elaboradas em colaboração com organizações, empresas, certificadores, ONG e outros especialistas e serão partilhadas com

mais de 400 rótulos com relevância para o mercado europeu. A equipa do projecto está empenhada em aconselhar as organizações e empresas detentoras de rótulos interessadas na revisão dos seus critérios. Será publicado também um Guia Fácil sobre critérios de biodiversidade em rótulos/selos e requisitos de empresas em espanhol, francês, português, inglês e alemão. O Guia Fácil fornecerá informações sobre os requisitos básicos que os rótulos devem cumprir (por exemplo, definição de termos, cobertura de todos os aspectos dos "drivers" de perda de biodiversidade, etc.) e exemplos de bons critérios de biodiversidade nos rótulos.

Com a ajuda de uma Ferramenta de Desempenho da Biodiversidade (*Biodiversity Performance Tool*, BPT) recentemente desenvolvida, é possível analisar a situação actual (situação de referência) e o desenvolvimento futuro para a protecção da biodiversidade em explorações agrícolas. Através de um projecto-piloto que envolve explorações de cultivo de cereais (Alemanha), cultivo de tomate (Espanha), produção de azeite (Espanha) e pastagens utilizadas para a produção de carne e produtos lácteos (Portugal e França), a BPT e as medidas de biodiversidade serão testadas. A versão final da BPT ajudará os avaliadores e agricultores a gerir melhor a biodiversidade nas explorações e os organismos de certificação avaliarão a qualidade das medidas implementadas e fornecerão dados para monitorização. Os auditores e organismos de certificação, bem como os directores de produto e qualidade das empresas, são o grupo-alvo dos módulos de formação a desenvolver no âmbito do projecto com o objectivo de reforçar os seus conhecimentos e competências em matéria de biodiversidade.

Por fim, será criado um sistema de monitorização, comum a todos os rótulos, e uma base de dados, que permitirão monitorizar o desempenho de uma exploração em relação à biodiversidade. As organizações de rótulos e as empresas serão convidadas a aderir à abordagem de monitorização comum. Utilizando esta base de dados, as organizações e empresas de rótulos ligadas ao sector agrícola poderão monitorizar os efeitos positivos e terão uma base sólida para melhorar os seus critérios e medidas.

O projecto inclui uma vasta gama de actividades de divulgação dirigidas a todos os intervenientes no sector alimentar na Europa, às instituições da União Europeia (DG Agricultura e DG Ambiente), aos programas nacionais relacionados com o sector alimentar, às organizações e programas internacionais e às unidades responsáveis pelas Compras Públicas Ecológicas (alimentação/restauração) dentro das administrações.

Com a criação de uma iniciativa sectorial "Desempenho da Biodiversidade no Sector Alimentar", o sector alimentar deverá assegurar a continuação das actividades. Um dos objectivos desta iniciativa é aumentar o desempenho de biodiversidade em todo o sector alimentar, utilizando critérios de prioridade regularmente aceites e implementados para a biodiversidade. Outra tarefa será a monitorização e publicação contínuas de relatórios de monitorização.

O projecto foi aprovado como “Iniciativa Básica” do Programa sobre Sistemas Alimentares Sustentáveis do Quadro Decenal de Programas sobre Consumo e Produção Sustentáveis (UNEP/FAO).

Veja: <http://www.scpclearinghouse.org/sustainable-food-system/core-initiatives-sfs-programme>.

Beneficiários do Projecto:



O projecto é financiado pelo Programa LIFE da União Europeia:

Uma “Core Initiative” de:



O projecto agradece o apoio das seguintes entidades parceiras financiadoras:



CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES - BIODIVERSIDADE EM RÓTULOS E EMPRESAS

6.1. Destruição e degradação de ecossistemas

6.1.1 Principais resultados

- Os rótulos internacionais analisados focaram-se sobretudo na protecção das massas de água/gestão das faixas ripárias e na protecção dos habitats primários e semi-naturais e das áreas protegidas;
- Os rótulos europeus/nacionais/regionais focaram-se sobretudo na preservação das pastagens, na protecção dos habitats primários e semi-naturais e das zonas protegidas, bem como na quota mínima de estruturas ecológicas/zonas de compensação;
- As empresas focaram-se fundamentalmente na protecção das massas de água/gestão das faixas ripárias;
- Mais de metade dos critérios analisados através deste questionário recebeu a avaliação de “altamente eficaz”, apesar de vários critérios só poderem ser verificados por auditores especializados.

6.1.2 Exemplos positivos de critérios que abordam este critério com alta efectividade

■ RÓTULOS INTERNACIONAIS

Restrição das alterações do uso da terra:

- RSPO - 7.3.1 (M) - Deve existir evidência de que nenhuma nova plantação substituiu a floresta primária ou qualquer área necessária para manter ou melhorar um ou mais Elevados Valores de Conservação (*High Conservation Values*, HCV), desde Novembro de 2005. As novas plantações serão planeadas e geridas de forma a assegurar que os HVC identificados são mantidos e/ou melhorados (ver Critério 5.2). – (Nota: A RSPO elaborou orientações sobre como implementar este critério – podem ser encontradas na lista completa de critérios com alta efectividade).

Protecção dos habitats primários e semi-naturais e das zonas protegidas

- UTZ G.D.111 - Nenhuma acção de produção ou processamento pode ter lugar dentro de um raio de 2 km em torno de uma área protegida, a menos que seja permitido por um plano de gestão da área. O plano de gestão tem de ser implementado. Os planos de gestão devem ser aprovados por uma autoridade nacional ou regional relevante e incluir, pelo menos, os seguintes elementos:
 - Identificação das fronteiras das áreas acessíveis para produção e processamento e comunicação dessas informações aos membros do grupo e proibição de novas conversões e novas desmatações fora desta área;

- Acções específicas para mitigar ou compensar os impactos sobre o meio ambiente, tais como: reflorestação, adopção de práticas agroflorestais, estabelecimento de corredores biológicos;

- Funções claramente definidas para supervisão e implementação do plano e prazos. Se um plano de gestão ainda não estiver disponível, o Sistema Interno de Gestão (*Internal Management System*, IMS) articula-se com as autoridades locais para desenvolver um.

- LEAF 5.2 - As aves e animais selvagens são protegidos durante as acções de corte da forragem;

- LEAF 5.6 - As áreas sensíveis ao ambiente, identificadas no Plano de Conservação e Melhoria da Paisagem e da Natureza, são protegidas e geridas adequadamente.

Protecção das massas de água; Gestão de faixas ripícolas

- *Standard for Sustainable Cattle Production Systems* (página 24) - A exploração não permite o acesso livre do gado a corpos de água naturais, a fim de evitar a contaminação da água com excrementos e proteger a saúde pública. As pastagens têm áreas tampão ao longo das suas fronteiras com corpos de água ou ecossistemas aquáticos e/ou terrestres; utiliza meios físicos como sebes vivas, sebes mortas, cercas elétricas, diques, canais ou outras barreiras físicas para manter os animais dentro das pastagens e impedir a sua livre passagem para os riachos, causando erosão das margens. A exploração permite o pastoreio em zonas húmidas, desde que seja feito de forma a manter ou recuperar o corpo de água. No caso do pastoreio ser permitido em áreas húmidas, a exploração implementa os princípios da convenção Ramsar e que se foca em torno do conceito de “uso racional”, entendido como “manter as características ecológicas das zonas húmidas, através da implementação de abordagens ecossistémicas, no contexto do desenvolvimento sustentável”.

- UTZ G.D.106 - Uma zona-tampão de vegetação nativa de pelo menos 5 m de largura é mantida ao longo de cada fronteira de corpos de água sazonais e permanentes para reduzir a erosão, limitar a contaminação de pesticidas e fertilizantes e proteger os habitats de vida selvagem. Nas explorações com menos de 2 ha de área, é mantida uma zona tampão de pelo menos 2 m de largura.

- LEAF 5.5 - Água suja e efluentes de silagem são colectados e reciclados em segurança.

- UTZ G.D.107 - Não são utilizados pesticidas e adubos inorgânicos:

- A 5 m de qualquer fonte de água permanente ou sazonal de 3 m de largura ou menos (ou a 2m se a fazenda for inferior a 2 ha);

- A 10 m de qualquer corpo de água permanente ou sazonal com mais de 3 m de largura, ou a 15 m de qualquer nascente. O escoamento do fertilizante orgânico é minimizado.

Percentagem mínima de estruturas ecológicas / zonas de compensação

■ *Standard for Sustainable Cattle Production Systems* (página 24) - A exploração não permite o acesso livre do gado a corpos de água naturais, a fim de evitar a contaminação da água com excrementos e proteger a saúde pública. As pastagens têm áreas tampão ao longo das suas fronteiras com corpos de água ou ecossistemas aquáticos e / ou terrestres; Utiliza meios físicos como cercas vivas, cercas mortas, cercas elétricas, diques, canais ou outras barreiras físicas para manter os animais dentro das pastagens e impedir a sua livre passagem para os riachos, causando erosão das margens. A exploração permite o pastoreio em zonas húmidas, desde que seja feito de forma a manter ou recuperar o corpo de água. No caso do pastoreio ser permitido em áreas húmidas, a exploração implementa a filosofia Ramsar que gira em torno do conceito de “uso racional”, entendido como “manter as características ecológicas das zonas húmidas, através da implementação de abordagens ecossistémicas, no contexto do desenvolvimento sustentável”.

■ GLOBAL GAP AF. 7.2.1 - Considerou-se a conversão de sítios improdutivos (por exemplo, áreas húmidas de baixa altitude, florestas, promontórios ou áreas de solo empobrecido, etc.) em áreas de foco ecológico para favorecimento da flora e fauna naturais? Deve existir um plano para converter áreas improdutivas e áreas identificadas que dão prioridade à ecologia, em áreas de conservação, onde tal for viável.

■ LEAF 8.15 - Os bancos de habitats são montículos de relva não cultivados (ou outras espécies de plantas, conforme apropriado) com cerca de dois metros de largura. Estes ajudam a aumentar o número de insectos predadores benéficos e fornecem habitat para pássaros e pequenos mamíferos. Se as explorações são maiores que 20 ha e têm margens de 6 m como parte do Plano de Conservação e Melhoria da Natureza e da Paisagem, isso pode anular a necessidade de bancos de habitats.

■ LEAF 8.23 - Existe um mínimo de 5% de área da exploração disponível como habitats, não utilizada para cultivo e produção de alimentos.

■ *Rainforest Alliance* 2.6 - O gestor da exploração e o gestor do grupo desenvolvem um mapa que inclui ecossistemas naturais e coberturas de copas em sistemas agroflorestais ou plantações fronteiriças com cobertura estimada da vegetação e percentagem estimada de composição de espécies autóctones. Se a exploração, ou grupo de explorações do membro, tiver menos de 10% de cobertura vegetal total ou menos de 15% de vegetação nativa total, para explorações que cultivam culturas tolerantes à sombra, o gestor da exploração e o gestor do grupo desenvolverão e implementarão um plano para aumentar progressivamente ou restaurar vegetação, incluindo:

- Restauração de zonas adjacentes a ecossistemas aquáticos;
- Restauração de áreas cultivadas de produtividade marginal para o ecossistema natural;
- Incorporação de árvores autóctones como plantações e barreiras fronteiriças à volta de moradias e infra-estruturas, sebes vivas, árvores de sombra e sistemas agroflorestais permanentes.

Preservação de pastagens

■ *Standard for Sustainable Cattle Production Systems* (página 14) - A exploração possui um plano de gestão das pastagens naturais e/ou melhoradas que inclui a seleção de pastagens adequadas para a área e as espécies de árvores no intervalo, se aplicável. O plano é implementado no campo. O plano de gestão de pastagens inclui atividades de controle de pastagens, entre eles, segregação e rotação de pastagens. O plano de rotação das pastagens da exploração considera o número e tamanho das áreas ou pastagens, número de animais pastando em cada secção, quantidade de tempo de pastoreio diário em cada secção e período de repouso da pastagem. A exploração dispõe de um programa integrado de fertilização para melhorar a fertilidade do solo e alcançar a produção ideal de pastagem. O programa considera os seguintes elementos: estabelecimento e manutenção de leguminosas herbáceas e lenhosas; aplicação de fertilizantes orgânicos ou excrementos como adubos (tais como esterco ou excrementos de aves), desde que estes materiais tenham sido previamente processados; utilização de biomassa (folhas secas, cobertura vegetal morta ou viva); resíduos de culturas e podas de árvores e arbustos, e/ou estabelecimento de fertilizantes verdes em pastagens. O plano de gestão de pastagens da exploração inclui medidas de conservação para savanas naturais.

■ RÓTULOS EUROPEUS/NACIONAIS/REGIONAIS

Restrição das alterações do uso da terra

■ DOP *Saint Nectaire* - A pastagem permanente representa pelo menos 90% da superfície herbácea.

Áreas protegidas, ecossistemas primários semi-naturais

■ *Donau Soja Standard S.2* - Nas áreas de protecção da natureza nacionais e internacionais em que é permitida a utilização agrícola, nenhuma soja do Danúbio pode ser cultivada.

Protecção das massas de água; Gestão de faixas ripícolas

- Produção animal *Bio Cohérence* - Reduzir o acesso direto à água (charcas) para animais, exceto para pastagens de montanha;
- Sustentabilidade Garantida - Norma para a Carne Bovina (página 3) - manutenção da densidade de árvores em áreas de montado (derrogação de 1 ano);
- Sustentabilidade Garantida - Norma para a Carne Bovina (página 6) - execute os trabalhos nos meses de Verão (Julho a Setembro). No entanto, se tiver que realizar trabalhos dentro do leito,

concentre-se nos meses de Agosto e Setembro para não afectar os peixes na época de reprodução.

Percentagem mínima de estruturas ecológicas/zonas de compensação

- *Bee friendly* - Implementação de áreas ecológicas em pelo menos 8% da Superfície Agrícola Útil (SAU);
- Sustentabilidade Garantida - Norma para a Carne Bovina (página 4) - Na área semeada para culturas forrageiras e culturas arvenses, deverão existir 20 m/ha de estruturas lineares, definidas como galerias ripícolas, sebes vivas, muros ou faixas não cultivadas e não intervencionadas com uma largura mínima de 5 m (derrogação de 6 meses).
- IP SUISE: Mínimo 7% da superfície em compensação ecológica (em superfície real).

Preservação de pastagens

- IP SUISE: Mínimo de 7% da superfície em compensação ecológica (em superfície real).
- DOP *Saint Nectaire* - A pastagem permanente representa pelo menos 90% da superfície da herbácea.

■ RÓTULOS DAS EMPRESAS

Protecção dos habitats primários e semi-naturais e das zonas protegidas

- LU *Harmony* - Preservar a vida selvagem ao nível da exploração: preservar as características permanentes da paisagem (floresta, bosques, faixas ripícolas)
- Unilever SAC F55 - É proibida a conversão de áreas de Alto Valor de Conservação/alto valor ecológico/alto teor de carbono (florestas, pastagens ou zonas húmidas) em terras agrícolas.
- Nestlé RSG - Conservação de Recursos Naturais e Biodiversidade
Pesca Selvagem
Para a Nestlé, os fornecedores deverão abastecer-se junto de organizações pesqueiras de pesca selvagem, efectivamente geridas para a sustentabilidade, com base em dados científicos:

Não é permitido o fornecimento de espécies em risco crítico ou ameaçadas de extinção, de acordo com a Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). Para novos desenvolvimentos de produtos, evite o uso de espécies e origens geográficas classificadas como Vulneráveis na Lista Vermelha da UICN, de forma a limitar a pressão sobre estas populações.
 - Não é permitido o uso de artes de pesca altamente destrutivas ou métodos de pesca que incluam o uso de dinamite, cianeto, muroami ou redes de deriva de alto mar;
 - Não é permitido o fornecimento a partir de zonas de não-captação de Áreas Marinhas Protegidas;
 - A equipe da Nestlé criará uma lista de sistemas de certificação

aprovados para produtos de marisco selvagem que cumpram o RSG e que será revista anualmente com base em pareceres científicos.

Aquicultura

Para a aquicultura, os fornecedores deverão melhorar continuamente de forma a demonstrar conformidade com um dos rótulos de certificação de aquicultura mais reconhecidos mundialmente, certificações, ou o seu equivalente, num prazo especificado por cada empresa. Todas as espécies de criação serão sujeitas a esta norma ao longo do tempo. Esta lista de certificações aprovadas será revista anualmente para garantir o alinhamento contínuo com o RSG.

Protecção das massas de água, gestão das faixas ripícolas

- Unilever SAC F41 - Não é permitido descartar materiais inadequados (como óleo, CPPs, embalagens ou recipientes de CPP, medicamentos, estrume animal) em rios, riachos ou outras águas superficiais ou subterrâneas.

Percentagem mínima de estruturas ecológicas / zonas de compensação

- LU *Harmony* - Preservar a biodiversidade local: 3 opções são propostas, ou seja, 3% da área total de trigo implementada com faixas florais ou usando coberturas na superfície total implementada com trigo antes de uma colheita de primavera ou plantando uma sebe.
- Unilever SAC F60 - As áreas da exploração que não são suscetíveis de fornecer retorno económico, devem ser identificadas e retiradas da produção. As áreas retiradas da produção, as zonas tampão em torno das massas de água e as áreas próximas aos escritórios e habitações devem ser geridas de forma a aumentar o valor da biodiversidade ou a prestação de serviços de ecossistema.

Preservação de pastagens

- LU *Harmony* - Preservação da vida selvagem ao nível da exploração: Implementação de uma pastagem permanente

6.1.3 Conclusões

Ecosistemas primários e semi-naturais e protecção de áreas protegidas

- ◆ Importante: rótulos e empresas devem definir ecossistemas primários e semi-naturais ou termos similares usados.
- ◆ A protecção dos habitats primários e semi-naturais e das áreas protegidas não é apenas um tema para os rótulos internacionais, mas também para as empresas. Especialmente, quando se produzem em países ultramarinos, as empresas devem incluir critérios para a proteção de habitats primários e semi-naturais e áreas protegidas. Na maioria dos países da UE, os regulamentos para a proteção

dos habitats primários e as mudanças no uso da terra não são de grande preocupação, uma vez que as terras agrícolas são identificadas e são feitas restrições às mudanças no uso da terra. No entanto, os rótulos europeus/nacionais/regionais devem incluir critérios centrados na prevenção de impactos negativos nos ecossistemas semi-naturais e nas áreas protegidas.

Corredores ecológicos

- ◆ A criação de corredores ecológicos, tanto na exploração agrícola como nas zonas circundantes, não é suficientemente considerada pelos rótulos e empresas internacionais, bem como pelos rótulos europeus/nacionais/regionais. Nenhum dos rótulos e empresas testados requer medidas com um alcance superior do da exploração e que requeiram a coordenação de várias partes interessadas. No entanto, a criação de “ilhas naturais” só é eficaz limitadamente. Rótulos e empresas devem incentivar as explorações a fornecer áreas e elementos paisagísticos, dentro das explorações, para a conservação, conectando ecossistemas/habitats uns aos outros, criando assim corredores de habitat. Para tal, é necessário um plano de gestão que inclua uma avaliação inicial e determine o potencial da área com a ajuda de um especialista.

Participação mínima e gestão das estruturas ecológicas/áreas de compensação:

- ◆ A biodiversidade está em risco, por um lado, pelos agricultores que abandonam as suas terras, e, por outro lado, pela intensificação agrícola. As estruturas ecológicas, tais como sebes, corredores de habitat, lagoas, pequenas florestas ou árvores solitárias devem, portanto, ser apoiadas e protegidas. No âmbito da política agrícola da UE, fala-se de áreas de compensação ecológica. Os rótulos internacionais e as empresas também devem especificar critérios para áreas de compensação ecológica e definir seu tipo, extensão e qualidade mínima.
- ◆ Para a União Europeia, existe legislação em matéria de agricultura e biodiversidade: os agricultores com superfícies aráveis superiores a 15 ha devem assegurar que pelo menos 5% dessas áreas constituam uma “área de foco ecológico” dedicada a elementos ecologicamente benéficos. As áreas de foco ecológico abrangem uma ampla gama de características, incluindo aquelas que afetam diretamente a biodiversidade, tais como:
 - Terra em pousio;
 - Margens de campo;
 - Sebes e árvores;
 - Faixas tampão;
 - Leguminosas e culturas de cobertura.
- ◆ A condicionalidade dentro da Política Agrícola Comum da UE inclui um conjunto de normas sobre as boas condições agrícolas e ambientais da terra. Entre outros, a condicionalidade exige

“biodiversidade e garantir um nível mínimo de manutenção: retenção de características da paisagem, incluindo a proibição de corte de sebes e árvores durante a época de reprodução das aves”. Certos elementos da paisagem são protegidos, o que significa que não podem ser eliminados - mas a manutenção não é legalmente exigida.

Os requisitos dos rótulos e das empresas devem ir para além dos requisitos legais. O valor acrescentado para a biodiversidade pode ser criado devido a uma maior percentagem de “áreas de foco ecológico” por exploração. Mas não só a dimensão, mas também a qualidade deve ser considerada e, por conseguinte, seria muito eficaz melhorar a qualidade das áreas e elementos de foco ecológico prestando aconselhamento aos agricultores e promovendo a colaboração com ONG e outros peritos (por exemplo posicionamento de elementos ecológicos da paisagem, conectividade etc.)

Ao definirem-se aspectos de qualidade para elementos da paisagem ecológica, provavelmente devem ser consideradas diferenças entre regiões/operações.

Ver também as conclusões do critério “Protecção das espécies”.

- ◆ Se as terras agrícolas forem retiradas da produção a longo prazo e restauradas em biótopos intactos, os agricultores devem obter uma compensação pela perda de rendimento. Existem múltiplas possibilidades de obter apoio financeiro e as organizações/empresas detentoras de rótulos podem ajudar os seus agricultores no que se refere às aplicações e/ou envolvê-las em projectos regionais conjuntos (ver programas agro-ambientais).
- ◆ A verificabilidade é um pré-requisito e um desafio para todos os rótulos e empresas. O que podem os auditores concretizar? Poderão determinar se um ecossistema está intacto e/ou vale a pena proteger? Os auditores poderão não ser especialistas no que se refere a todos os aspectos relacionados com a biodiversidade, ou com todas as regiões e famílias de animais, mas são especialistas em avaliar a qualidade dos processos. Consequentemente, os rótulos e as empresas devem primariamente exigir processos e métodos para a gestão da biodiversidade. Ver também resultados e conclusões da categoria “Gestão”.

6.2 Sobre-exploração de recursos naturais

6.2.1 Principais resultados

- ◆ Os rótulos internacionais focam-se sobretudo nas restrições relativas à protecção das culturas, a outras substâncias e tecnologias nocivas e à sua manipulação, bem como à utilização de azoto e fósforo e à fertilidade do solo;
- ◆ Os rótulos europeus /nacionais/regionais focam-se particularmente na utilização de azoto e fósforo, na fertilidade do solo e nas restrições em matéria de protecção das culturas, outras substâncias e tecnologias nocivas;
- ◆ As empresas centram-se fortemente nas restrições relativas à pro-

tecção das culturas, a outras substâncias e tecnologias nocivas e ao uso de azoto e fósforo, bem como à fertilidade do solo;

- Cerca de metade dos critérios foi avaliada como medianamente efectiva e verificável. Além disso, o número de critérios que requerem uma experiência adicional do auditor é menor do que dentro do critério “Destruição e degradação”.

6.2.2 Exemplos positivos de critérios que abordam este critério com alta efectividade

■ RÓTULOS INTERNACIONAIS

Uso de nitrogénio e fósforo, fertilidade do solo

- GLOBAL GAP CB.4.2.1 a 4.2.6 - Registos de todas as aplicações de fertilizantes de solo e foliares, tanto orgânicos como inorgânicos

- CB.4.2.1 Referência de campo, pomar ou estufa e cultura?
- CB 4.2.2 Datas de aplicação?
- CB 4.2.3 Tipos de fertilizantes aplicados?
- CB 4.2.4 Quantidades aplicadas?
- CB 4.2.5 Modo de aplicação?
- CB 4.2.6 Detalhes do operador?

- Naturland B.; I. Produção vegetal 8. Produção agrícola - A rotação de culturas é a base da produção agrícola em que se funda o ciclo biológico na agricultura biológica. Serve a finalidade de criar fertilidade no solo de longa duração e simultaneamente controlar as ervas daninhas, doenças e pragas. Fornece à exploração bons rendimentos e estabilidade económica, garantindo assim a viabilidade a longo prazo. Por esta razão, um mínimo de um quinto das culturas nas terras aráveis deve ser de leguminosas. Esta proporção pode ser reduzida com a aprovação de um consultor se as condições forem muito boas (até pelo menos um sexto), ou se o local for particularmente susceptível à perda de nutrientes. Durante a rotação de culturas, as culturas de Inverno e Verão deverão complementar-se mutuamente nos seus efeitos para evitar as consequências negativas da monocultura. A variedade é uma característica essencial dos campos cultivados no modo de produção biológico. Também deve ser praticada na escolha de misturas de sementes para forragem, bem como para culturas de captura e subcoberto.

Deve ser dada especial atenção a assegurar-se períodos suficientemente longos entre o cultivo do mesmo tipo de culturas. A lixiviação dos nutrientes deverá ser prevenida através do uso de medidas de cultivo adequadas (por exemplo: uso de subcoberto, rotas de mobilização compatíveis com as condições locais). (P.18)

- SAI FSA24 - Tem um plano de gestão de nutrientes?
O plano de gestão de nutrientes documentado é actualizado pelo menos anualmente, e consiste no seguinte:

- Visão geral das necessidades nutricionais de todas as culturas cultivadas na exploração;
- Tipo(s) de solo das parcelas;
- Análise de amostras de solo por parcela;
- Taxas de aplicação e intervalos de fertilizantes minerais ou orgânicos aplicados de acordo com a legislação nacional e local e as necessidades da colheita;
- Um balanço de entrada/saída de nutrientes simples usando as melhores informações disponíveis;
- Teor de nutrientes do estrume e/ou do composto.

- LEAF 2.6 - Existe um plano de cultivo a longo prazo: o plano identifica os ciclos anuais de cultivo para o ano em curso e as intenções para o futuro (durante, pelo menos, três anos) A rotação/ciclo é sustentável e apropriado à agricultura, incluindo ao solo e ao clima.

Intensidade e gestão do pastoreio

- *Standard for Sustainable Cattle Production Systems* (página 14) - A exploração possui um plano de gestão de pastagens nativo e/ou melhorado que inclui a selecção de pastagens adequadas para a área e as espécies de árvores na zona, se aplicável. O plano é implementado no campo. O plano de gestão de pastagens inclui actividades de controlo de pastoreio, entre as quais separação e rotação de pastagens. O plano de rotação das pastagens da exploração considera: número e tamanho das áreas ou pastagens, número de animais que pastam em cada parcela, quantidade de tempo de pastoreio diário em cada parcela e o período de repouso da pastagem. A exploração tem um programa integrado de fertilização para melhorar a fertilidade do solo e alcançar a produção ideal de pastagem. O programa considera os seguintes elementos: criação e manutenção de leguminosas herbáceas e lenhosas; aplicação de fertilizantes orgânicos ou excrementos como adubos (tais como esterco ou excrementos de aves), desde que estes materiais tenham sido previamente processados; utilização de biomassa (folhas secas, cobertura vegetal morta ou viva); resíduos de culturas e podas de árvores e arbustos e/ou estabelecimento de fertilizantes verdes em pastagens. O plano de gestão de pastagens da exploração inclui medidas de conservação para savanas naturais.

Prevenção e controle da erosão

- *Standard for Sustainable Cattle Production Systems* - A exploração possui pastagens adaptadas às condições agroecológicas da exploração e implementa programas de rotação e fertilização de pastagens que permitem manter pelo menos 95% da cobertura vegetal (página 16).

- Naturland - 1. Balanço de húmus e fertilização (B, IX, plantações tropicais permanentes)

1.2 Um meio fundamental de manter e aumentar a fertilidade do solo é a plantação de árvores e herbáceas. Estas fornecem habitats diversos e incentivam o estabelecimento de insectos benéficos. Um meio ideal de decompor a cobertura do solo é semear o

subcoberto com plantas leguminosas e herbáceas. Nenhuma área deverá estar totalmente livre de vegetação ou outra cobertura durante todo o ano. (Página 36)

Restrições relativas à protecção das culturas e à restrição do uso de outras substâncias ou tecnologias nocivas

■ *Fairtrade Hired Labour* (página 42) - 4.2.3 A empresa monitoriza as principais pragas e doenças da cultura *Fairtrade* e estabelece um nível de danos além do qual a necessidade de usar pesticidas químicos é justificada. A empresa evita a acumulação de resistência aos pesticidas.

Orientação: Conhecer e compreender as características das principais pragas da cultura *Fairtrade* irá melhorar as decisões sobre métodos de controlo. Isto inclui saber como a praga afecta a cultura, quais as condições que podem colocar a cultura em risco, quais as partes da planta que são afectadas, onde a praga se desenvolve e quais as possíveis plantas hospedeiras.

Ao registar a presença da praga nas parcelas, a empresa agrícola deverá ser capaz de concentrar esforços em aplicações de pesticidas pontuais e precisos. As decisões de aplicação de pesticidas baseiam-se na monitorização das pragas.

Para evitar o aumento de resistência aos pesticidas poderá incluir-se um programa apropriado de aplicação de pesticidas no qual os modos de acção sejam rotativos. É uma boa prática documentar os mecanismos de acção dos pesticidas usados contra uma praga ou doença específicas.

■ RSPO 4.6.3 (M) - Qualquer uso de pesticidas deve ser minimizado, enquanto parte de um plano, e de acordo com os planos de Gestão Integrado de Pragas (GIP). Não deve existir uso profilático de pesticidas, excepto em situações específicas identificadas nas diretrizes nacionais de Melhores Práticas.

Orientações específicas para 4.6.3: A justificação da utilização de tais pesticidas será incluída no relatório de síntese público.

- A empresa tem um plano de GIP?
- O plano foi implementado?
- A eficácia do plano GIP é monitorizada?
- Existem registos que mostram que o uso de pesticidas foi minimizado de acordo com o plano de Gestão Integrado de Pragas (GIP)?
- Houve uso profilático de pesticidas? Em caso afirmativo, a justificação deve ser fornecida de acordo com as Melhores Práticas Nacionais.

Gestão da irrigação

■ *Rainforest Alliance* 3.19 - Baseado em registos (ver 1.10), a exploração demonstra redução na água usada para irrigação, processamento ou produção de gado por unidade de produto produzido ou processado.

■ SAI FSA55 - Caso exista irrigação, dispõe de um plano de gestão da água para otimizar o respectivo uso, qualidade, e disponibilidade, bem como para reduzir as águas residuais?

Este plano de gestão é actualizado pelo menos uma vez por ano, tendo em conta:

1. O tempo e a quantidade de irrigação em relação às exigências da cultura;
2. O valor acrescentado da irrigação em relação ao rendimento e qualidade das culturas produzidas;
3. A previsão de precipitação e evaporação, usando registos diários de precipitação ou previsões meteorológicas para planear os horários de irrigação;
4. Inventário dos recursos hídricos.

Isso inclui pelo menos duas das condições abaixo:

- a. Evitar o esgotamento das fontes de água, além da capacidade de recarga da bacia hidrográfica/captação;
- b. Cooperar com outros utilizadores da água na bacia para equilibrar as necessidades;
- c. Diversificar as fontes de água para reduzir o impacto e garantir a continuidade do acesso à água ao longo das estações.

Esta questão só pode ser aplicável se não existir irrigação.

- Pode ser um plano separado ou um capítulo num plano de gestão geral da exploração. Uma alternativa pode ser um plano de gestão de um grupo de agricultores ou comunitário.

■ GLOBAL GAP CB. 5.2.3 - Registou-se o consumo de água para irrigação/fertirrigação de culturas e para o ciclo de culturas individuais anteriores com volumes de aplicação total mantidos? O produtor deve manter registos da utilização da água de irrigação/fertirrigação de culturas que inclua a data, a duração do ciclo, o caudal real ou estimado e o volume (por metro de água ou por unidade de irrigação) actualizados mensalmente, com base no plano de gestão da água e um total anual. Tal pode também corresponder às horas de operação dos sistemas numa base de fluxo cronometrado.

Requisitos relativos à alimentação

■ Naturland - 2. Alimentação/2.1 Requisitos gerais - Os sistemas de criação de animais sem terra são proibidos. A base da alimentação animal é o alimento produzido na própria exploração. Pelo menos 50%²⁶ dos alimentos²⁷ deverão ser produzidos na própria exploração (ou provirem de uma cooperação com outra exploração biológica aprovada pela Naturland). Só podem ser feitas excepções para explorações com pecuária produzindo até um máximo de 10 DU (unidades de estrume).

As forragens compradas devem ser certificadas pela Naturland, satisfazendo as normas de certificação aprovadas como equivalentes pela Naturland (para as quais deve ser apresentado um pedido nesse último caso). As fontes autóctones e, sempre que

possível, locais, devem ser preferidas às rações importadas, se disponíveis em quantidades suficientes e na qualidade desejada. No caso dos suínos e das aves de capoeira, a gama limitada de alimentos para animais provenientes da produção convencional em quantidades restritas, enumeradas no apêndice 3, pode ser utilizada durante um período transitório que termina, o mais tardar, em 2017, referindo-se à matéria seca fornecida. Nestes casos, a proporção de alimentos convencionais não pode exceder 25% da ração diária, com excepção dos bandos itinerantes. INO caso de uma crise de alimentos para animais devido a secas, incêndios ou calamidades semelhantes, estes alimentos, sujeitos à aprovação da Naturland, podem também ser utilizados. Se for adquirido alimento, um máximo de 30% da matéria seca do alimento fornecido pode ser proveniente de áreas que tenham sido cultivadas em conformidade com as normas durante, pelo menos, 12 meses antes da sua colheita. Se estas forragens forem produzidas na própria exploração, é permitido um máximo de 100%. (Página 23)

²⁶No caso dos herbívoros, a proporção necessária é de 60%.

²⁷A percentagem refere-se à proporção orgânica da matéria seca em relação à ração total.

■ RÓTULOS EUROPEUS/NACIONAIS/REGIONAIS

Uso de azoto e fósforo, fertilidade do solo

- IP Suisse - optimização da utilização de azoto mineral. São atribuídos cinco pontos se não for utilizado N mineral na superfície da erva. Perde-se um ponto por cada 14 kg de N/ha adicional usado. Não se atribui nenhum ponto se o teor de azoto exceder 56 kg/ha.
- Bioland 3.4.4 Limitação de Quantidade - o volume total de adubo orgânico, com base no teor de azoto, não pode exceder a quantidade que corresponde a uma contagem de 1,4 unidades de estrume por hectare. Pode ser usado um máximo de 0,5 unidades de estrume como fertilizante orgânico de fontes externas. (DE = encabeçamento máximo de acordo com 1,4 DE, ver anexo 10.3). As condições especificadas no capítulo 5 aplicam-se à horticulura e às culturas permanentes. Ao medir a fertilização, as reservas disponíveis no solo devem ser levadas em consideração.

Gestão de estrume

- DOP Comté - Adubação orgânica permitida: estrume, lama, composto. A aplicação é permitida: somente em erva baixa, máximo de 3 espalhamentos em cada parcela, a quantidade total de azoto é limitada a 120 kg N/ha (mineral e orgânico).

Encabeçamento médio

- DOP Comté - Mínimo exigido para a superfície da erva: 1 vaca leiteira/ha; <1,3 CN/ha de superfície forrageira.

Intensidade e gestão do pastoreio

- DOP *Saint Nectaire* - O pastoreio é obrigatório para vacas leiteiras

durante um mínimo de 140 dias por ano. Durante este tempo, a alimentação “verde” não é permitida.

Restrições relativas à protecção das culturas e à utilização de outras substâncias ou tecnologias nocivas

- *Bee friendly* - Uso exclusivo de insecticidas permitidos para a agricultura orgânica durante toda a colheita;
- *Valeurs Parcs/Vocan d’Auvergne* - O corte tardio é favorecido;
- Bioland 3.6 Protecção Vegetal/3.6.1 Princípios Básicos - O objectivo da agricultura orgânica e biológica é produzir plantas sob condições tais que a sua infestação por pragas e doenças atinja um ponto em que isso não tenha importância económica ou seja apenas de menor importância. As medidas apropriadas para o efeito são a rotação equilibrada de culturas, a selecção de variedades adequadas, a preparação do solo de acordo com a localização e a época do ano, a fertilização em quantidades e qualidades adequadas, a fertilização por crescimento, etc. Adicionalmente, devem ser fomentadas as espécies benéficas por meios e medidas adequadas, tais como sebes, locais de nidificação, biótopos húmidos, etc.;
- GQ Hessen Protecção dos Cultivos (parte geral de Plantas) - não ocorre a desinfestação química do solo.

Gestão da irrigação

- Bioland 2.3 Protecção do ar, do solo e da água - Os recursos hídricos não devem ser utilizados excessivamente e os efeitos da extracção de água devem ser monitorizados. Sempre que possível, a água da chuva deve ser recolhida e utilizada. As medidas agrícolas não podem conduzir à salinização do solo e da água. O material de cobertura, como coberturas vegetais, folhas de silo e redes de protecção de cultivo só pode ser utilizado se produzido com base em policarbonatos (ex.º: polietileno e polipropileno). As folhas usadas deverão ser recicladas, se possível. Não é permitido queimar plástico usado nos campos.

Requisitos relativos à alimentação

- DOP Comté - A alimentação verde é limitada a uma refeição por dia. O pastoreio representa pelo menos 50% da alimentação.

■ REQUISITOS DAS EMPRESAS

Uso de azoto e fósforo, fertilidade do solo

- FANTA 1 - Fertilizar sob as seguintes condições recomendadas: 240 kg N/ha, 30 kg P/ha e 116 kg K/ha;
- FANTA 2 - Aumentar a percentagem de matéria orgânica para valores acima de 2%. Triturar os resíduos de poda para aumentar o teor de matéria orgânica (se não houver doenças).
- Unilever SAC F6 - O Plano de Gestão de Nutrientes deve incluir

um cálculo da quantidade de Azoto e Fósforo a ser aplicada em cada ano, levando em consideração todas as fontes de nutrientes aplicadas e as disponíveis a partir do solo. O cálculo também deve incluir uma avaliação da quantidade de nutrientes removidos da cultura ou pastagem por colheita e/ou pastoreio.

Prevenção e controle da erosão

- *LU Harmony* - Promover a sementeira directa sob cobertura para evitar a erosão e preservar a biodiversidade do solo.

Restrições relativas à protecção das culturas e à utilização de outras substâncias ou tecnologias nocivas

- *LU Harmony* - Selecção de parcela de trigo de acordo com a cultura anterior, variedades de trigo e gestão do solo usadas para garantir a qualidade do trigo *Lu Harmony* e reduzir o uso de pesticidas, em particular contra a fusariose;
- *FANTA 3* - Os pesticidas só serão aplicados se necessário e nunca em áreas não produtivas como margens, bordaduras, caminhos e outros elementos naturais singulares da exploração.

Manuseamento de produtos fitofarmacêuticos e outras substâncias ou tecnologias nocivas

- *Unilever SAC F67* - Deverá haver melhorias na gestão de resíduos ao longo do tempo. O plano deve incluir um cronograma e um sistema de monitorização que comprove como foi melhorada a gestão de resíduos.

6.2.3 Conclusões

Utilização de azoto e fósforo, fertilidade do solo:

- ◆ Os requisitos europeus/nacionais/regionais centram-se mais no aspecto da utilização de azoto e fósforo e fertilidade do solo do que os rótulos internacionais. Os rótulos internacionais geralmente implementam “apenas” um critério pedindo um plano de gestão de nutrientes, enquanto os rótulos europeus/nacionais/regionais implementam vários critérios concretos para regular o uso de azoto e fósforo. Para os rótulos internacionais pode ser complicado regular todos os aspectos regionais, mas se não forem exigidos e fornecidos valores concretos, medidas específicas e métodos e especificações claros, os critérios serão recomendações gerais que poderão ser facilmente interpretados de forma errada.
- ◆ Os rótulos e as empresas deverão exigir indicadores baseados em resultados, como balanços de nutrientes, e fornecer um método aceite para o seu cálculo e também pedir análises de solo e de tecidos. Estas medidas são concretas e eficientes com impactos positivos na protecção da biodiversidade e do clima.
- ◆ Os rótulos e as empresas deverão definir limites de nutrientes para tipos específicos de plantas, combinados opcionalmente com limiares de tolerância e uma referência temporal (por ex.º, numa média de três anos). Este método permite uma gestão de nutrientes eficiente;
- ◆ O momento de aplicação de fertilizantes orgânicos e outras características da exploração (por ex.º, campos limpos) são parâmetros tão importantes para os impactos ambientais como as quantidades de fertilizantes. Os rótulos e as empresas deverão incluir requisitos para tipos específicos de culturas;
- ◆ As rotações de culturas variadas fomentam a biodiversidade e a fertilidade do solo. Adicionalmente, reduzem a intensidade das infestações e suprimem plantas espontâneas indesejadas. Em consequência, reduzem a necessidade do uso de pesticidas e herbicidas. A maioria dos rótulos não possui directivas claras sobre rotações e ciclos de culturas. O uso de outra cultura é muitas vezes recomendado sem se fornecer mais detalhes ou informações. Os rótulos e as empresas deverão ir além da condicionalidade da UE, o que exige que as explorações cultivem pelo menos três culturas por ano, que nenhuma cultura cubra mais de 70% ou menos de 5%.

Restrições relativas à protecção das culturas e a outras substâncias ou tecnologias nocivas:

- ◆ Os impactos negativos sobre a biodiversidade só se tornam evidentes de médio a longo prazo. As organizações detentoras de rótulos deverão afirmar a sua influência para que as autoridades analisem regularmente e rigorosamente os impactos dos pesticidas autorizados na biodiversidade.
- ◆ Mudar e/ou reduzir a aplicação de pesticidas requer uma mudança dos sistemas agrícolas. Há muita informação sobre produtos e procedimentos alternativos disponíveis, mas os agricultores convencionais não os usam devido a rotinas, receios difusos ou devido à necessidade de aumentar constantemente a eficiência. As organizações e empresas detentoras de rótulos deverão apoiar as mudanças do sistema para a protecção da biodiversidade por meio de investigação, projectos-piloto e a disseminação de resultados através da formação dos agricultores.
- ◆ O interesse económico para investigar sistematicamente ameaças à biodiversidade resultantes de pesticidas e metabolitos é reduzido. Há um conflito entre o rótulo, as suas exigências e o “marketing” dos fabricantes de pesticidas. Os rótulos deverão ser mais fortes na exclusão proactiva do uso de substâncias críticas antes de as mesmas serem proibidas por lei. Os rótulos deverão definir uma lista positiva e uma estratégia com um calendário claro para a encurtar continuamente, de modo a limitar progressivamente o uso de pesticidas a substâncias menos perigosas para os seres humanos e o ambiente;
- ◆ Além de fornecer uma lista de pesticidas proibidos, os rótulos também deverão obrigar os agricultores a procurar aconselha-

mento sobre este tópico. Nalguns casos, os responsáveis pelos rótulos fornecem aconselhamento. Alguma da informação importante é a seguinte: “know-how” no que diz respeito à eficácia e efeitos colaterais sobre a biodiversidade, aplicação correcta, armazenamento e eliminação de pesticidas, gestão de riscos em caso de acidentes, prevenção e métodos alternativos de protecção de culturas.

- ◆ Directiva da UE sobre utilização sustentável dos pesticidas, Gestão Integrada de Pragas e proibição de moléculas agroquímicas: a Directiva 2009/120/CE estabelece as regras para a redução do impacto ambiental dos agroquímicos na Europa. Em comparação com outras regiões do mundo, esta Directiva é muito ambiciosa, pois é obrigatória para todos os agricultores da UE e aborda questões muito importantes, tais como: formação, licenças obrigatórias para os utilizadores de produtos fitofarmacêuticos, calibração de máquinas, armazenamento de produtos e a promoção da Gestão Integrada de Pragas (“Integrated Pest Management”, IPM). Há ainda margem para melhorar a Directiva, mas esta pode ser considerada como uma base sólida contendo os critérios mínimos a respeitar para os rótulos e empresas que operam na UE. Outro valor acrescentado da Directiva é que abre um caminho para tornar real a implementação do IPM. Embora a abordagem IPM seja mencionada por alguns rótulos, nem sempre são incluídas acções específicas para a sua implementação. São encorajadas acções como o censo de pragas e doenças, o estabelecimento de limiares para tratamentos, a prioridade do controlo biológico sobre o uso de fitofármacos, etc. A Directiva deverá ser uma linha vermelha (conformidade legal) e as suas recomendações (não obrigatórias) devem ser consideradas nos critérios normalizados e nas exigências das empresas, de forma a ir claramente além da conformidade legal;
- ◆ Os rótulos deverão proibir o uso preventivo de herbicidas, permitindo-o apenas quando não haja outra alternativa;
- ◆ A diversidade de espécies, variedades e estruturas ecológicas leva a ecossistemas mais estáveis e reduz a pressão de pragas. Os rótulos deverão, portanto, definir critérios para a promoção da diversidade;
- ◆ As operações certificadas deverão demonstrar uma melhoria contínua na utilização de fertilizantes, pesticidas e herbicidas (abordagem do sistema de gestão).
- ◆ A diversidade de espécies reduz as populações de organismos de pragas. Ver critérios de protecção das espécies.

Encabeçamento médio e intensidade/gestão do pastoreio:

- ◆ O baixo número de referências relativas a critérios como o “encabeçamento médio” e a “intensidade e gestão do pastoreio” é enganadora. As expectativas em relação a estes critérios são apenas razoáveis quando se considera a sub-amostra de rótulos e requisitos que se concentram em explorações onde existe produção animal. Se considerarmos essa amostra, estes critérios

tornam-se mais representativos. De facto, os limites ao encabeçamento na exploração estão entre as exigências mais comuns no contexto da produção animal em regimes extensivos, tanto no que se refere a rótulos como no que se refere a regimes de apoio agro-ambiental. Adicionalmente, por um lado, o encabeçamento excessivo – particularmente no que se refere às populações bovinas – está entre as principais causas identificadas para o declínio de sistemas agro-silvo-pastoris como o Montado; por outro lado, a presença adequada de algumas espécies animais contribui positivamente para o equilíbrio e a gestão a longo prazo destes sistemas. No entanto, uma intensidade de pastoreio elevada num período muito curto (1 a 2 dias) não pode ser directamente associada a más práticas de conservação. O pastoreio rotativo, se bem gerido, é compatível com a conservação de pastagens com biodiversidade;

- ◆ A Política Agrícola Comum (PAC) estabeleceu um prémio para a manutenção dos sistemas de gado se o encabeçamento for inferior a 1,4 Cabeças Normais/ha (CN/ha), mas um número crescente de especialistas e estudos sugerem que este valor deva ser mais baixo face a objectivos de conservação do Montado. Actualmente, vários programas nacionais de desenvolvimento rural de diferentes Estados-Membros da UE exigem densidades de gado muito baixas para uma variedade de objectivos relacionados com a biodiversidade. No Programa de Desenvolvimento Rural português, a atribuição de subsídios com vista à conservação e regeneração das zonas de Montado, em sítios Natura 2000, requer densidades de gado entre 0,15 e 0,5 CN/ha. Especificações semelhantes relativas à manutenção da vegetação relevante em áreas de pastoreio e áreas de habitat do Lince-ibérico (*Lynx pardinus*) requerem encabeçamentos de 0,5 CN/ha ou menos. Por último, as especificações relativas à gestão de pastagens permanentes extensivas e à rotação de culturas cereaisíferas e pousio em sítios Natura 2000 exigem encabeçamentos de 0,7 CN/ha ou menos;
- ◆ No entanto, é preciso ter consciência que qualquer limite de encabeçamento é uma simplificação da complexidade de um sistema de pastoreio. Por exemplo, a necessidade de ter em conta a intensidade do pastoreio (em termos de condições atmosféricas para uma dada área geográfica e estação) pode ser tão relevante em termos de impacto como a própria densidade pecuária, e o mesmo número de animais pode ter impactos diferentes dependendo da espécie (por exemplo, se se tratar de bovinos ou de ovinos).

Gestão da irrigação:

- ◆ Apesar do impacto das alterações climáticas e da crescente pressão sobre os recursos hídricos, os rótulos, especialmente europeus/nacionais/regionais, e as empresas definiram apenas alguns critérios para a irrigação. Muitos rótulos exigem apenas o cumprimento legal, o que significa respeitar as licenças legais para a extracção de água;

- ◆ A água deverá ser um critério obrigatório para todos os rótulos e requisitos de empresas, devido à sua estreita relação com a biodiversidade e por ser um futuro recurso escasso para quase todos os Países da UE, de acordo com cenários de alterações climáticas. A maior parte dos aspectos críticos é coberta por regulamentações da UE e legislação nacional. A condicionalidade (“cross-compliance”), os Requisitos Legais de Gestão (*Statutory Management Requirements*, SMR) e as Boas Condições Agrícolas Ambientais (BCAA) abordam tópicos como o acesso legal à água, boas práticas para evitar a poluição das massas de água por nitratos, etc. Os rótulos e as empresas deverão ir além do cumprimento básico e garantir um compromisso mais avançado. O primeiro passo deverá ser o controlo/conhecimento do uso da água, que pode ser melhorado tornando obrigatório o uso de folhas de irrigação (observando tempos e volumes de irrigação) e incentivando o uso de contadores de água sempre que possível;
- ◆ Um passo adicional à “sensibilidade sobre o uso da água” seria o de reduzir a quantidade de água utilizada. Tal pode ser feito através do uso de tecnologias (sondas tensiométricas, imagens e sensores aéreos), limitando os sistemas de irrigação (permitindo apenas a irrigação localizada, os sistemas de irrigação enterrados que evitem a evapotranspiração, etc.) ou promovendo técnicas agronómicas específicas (coberturas vegetais, etc.);
- ◆ Os rótulos e as empresas deverão relacionar e descrever o excesso de uso da água como mau desempenho agronómico, com o aumento dos custos económicos (para o preço da água e/ou energia para transportá-la) e a maior probabilidade de surgirem problemas adicionais (doenças fúngicas, sensibilidade a pragas, etc.);
- ◆ A ligação entre a fonte de água e o uso da água (ecossistema e serviço do ecossistema) é crítica. No entanto, os operadores agrícolas são muitas vezes assoberbados quando se lhes exige que avaliem se uma fonte de água é sobreutilizada ou não está a ser usada de forma sustentável. Adicionalmente, a conformidade regulamentar não é uma garantia para o uso sustentável dos recursos hídricos em muitos países. A organização detentora de rótulos deve fornecer assistência para as operações certificadas, por exemplo fornecendo referências (mapas e estudos) em regiões com escassez de água, estabelecendo contato com organizações (ambientais) comprometidas com a protecção de cursos de água e estabelecendo contatos com as agências governamentais responsáveis pela implementação de planos de gestão no âmbito da Directiva-quadro da Água da UE;
- ◆ Muitas organizações detentoras de rótulos avaliam o consumo de água das operações agrícolas certificadas e deveriam ter informações suficientes para calcular médias por exploração, bem como médias para certos tipos de operações em regiões específicas. Deverá ser utilizada uma análise dos dados de consumo das explorações certificadas para estabelecer limites de concentração para certas culturas tendo em conta as condições climáticas. Estes limites deverão ser respeitados pelas operações agrícolas certificadas e melhorados continuamente num prazo definido. No seu conjunto, as organizações detentoras de rótulos deverão ser capazes de demonstrar que as suas operações agrícolas certificadas têm uma menor pegada de água do que as operações comparáveis não certificadas;
- ◆ As organizações e empresas detentoras de rótulos deverão contribuir para medidas de adaptação às alterações climáticas nas suas explorações/fornecedores certificados. Tal inclui também investigação sobre variedades de culturas com maior resiliência contra impactos de alterações climáticas para substituir certas variedades de culturas não adaptadas à região ou ao clima. Para tal avaliação as organizações detentoras de rótulos deverão envolver especialistas em conservação da natureza independentes;
- ◆ O critério “Sobreexploração de recursos naturais” é o “driver” com o maior número de critérios abordados. No entanto, cerca de metade dos critérios foram avaliados como medianamente eficazes. Por um lado, tal pode depender do número de critérios considerados importantes, mas que, em geral, têm uma influência mediana sobre a biodiversidade. Por outro lado, tal reflecte que os critérios dentro deste “driver” ainda têm potencial de melhoria.

6.3 Protecção das espécies e espécies exóticas invasoras

6.3.1 Principais resultados

- ◆ Todas os rótulos e empresas se concentram na gestão da infra-estrutura ecológica e em medidas especiais para a protecção de espécies;
- ◆ A gestão de espécies exóticas invasoras e de animais e plantas selvagens não é considerada pelas empresas;
- ◆ Três quartos dos critérios foram avaliados como altamente eficazes, enquanto que metade deles precisa de uma especialização do auditor para a verificação, sendo necessários conhecimentos em fauna e flora.

6.3.2 Exemplos positivos de critérios que abordam este “driver” com alta efectividade

■ RÓTULOS INTERNACIONAIS

Medidas especiais de protecção das espécies

- *Standard for Sustainable Cattle Production Systems* (página 23)
 - A exploração reconhece que a componente das árvores ou a recuperação de ecossistemas naturais contribui para o sequestro de carbono e, portanto, para a mitigação das emissões produzidas na exploração. A exploração planta ou protege espécies de árvores autóctones nas pastagens para diminuir o *stress* térmico nos animais, o que se reflecte na maior produção de carne e leite em áreas tropicais, e ao mesmo tempo gera outros produtos como madeira, lenha, forragem e frutos para os animais. A exploração

tem um copado de pelo menos 20% ou mais distribuído proporcionalmente entre as áreas destinadas ao gado; Inclui árvores autóctones em todas as pastagens, sebes vivas e áreas destinadas à conservação ou recuperação de ecossistemas naturais. Em sistemas como as savanas, onde os ecossistemas clímax naturais com copado ocupam menos de 20%, a exploração tem áreas destinadas à conservação ou regeneração desses ecossistemas naturais equivalentes a um mínimo de 20% da área destinada à produção de gado. No caso da percentagem de coberto ser baixa, a exploração tem um plano para estabelecer e expandir o coberto arbóreo, que indica as áreas actuais de cobertura e as áreas onde a cobertura com espécies autóctones será estabelecida no futuro. O plano de implantação da cobertura inclui alguns dos seguintes elementos: métodos de plantio ou regeneração natural, medidas de manutenção de espécies com menos de dois metros de altura e protecção ao pastoreio, calendário de implementação e responsável, acções para favorecer a conectividade e criação de sebes vivas para a divisão das pastagens e diferentes tipos de herbáceas;

- UTZ G.D. 112 - As espécies ameaçadas e em perigo na área de produção são identificadas, comunicadas aos membros do grupo e protegidas. Não existe caça, tráfico ou captura comercial de tais espécies.

Gestão de infra-estruturas ecológicas (sebes, charcos, outros habitats)

- *Fairtrade Small Producer Organizations* 3.2.34 - Devem ser relatadas as actividades que a organização ou os seus membros realizam para proteger e melhorar a biodiversidade.

Orientação: Os membros são livres para escolher como relatam as suas actividades. Estas podem incluir:

- Identificação das principais questões de biodiversidade na região e acções que os seus membros implementaram para melhorar a situação;
- Actividades que providenciou aos seus membros, tais como o aumento da conscientização sobre a biodiversidade ou formação para a proteger;
- Sistemas agro-florestais;
- Manutenção e restauração de ecossistemas naturais em áreas não adequadas para o cultivo e em zonas tampão ao redor de áreas de recarga de água e de bacias hidrográficas e entre áreas de produção e de Alto Valor de Conservação, protegidas ou não;
- Actividades para aumentar a conectividade do ecossistema, identificando locais improdutivos e zonas-tampão.

Informação relevante poderá ser recolhida junto da comunidade local incidindo sobre outras actividades. Com o tempo pode vir a beneficiar do conselho de especialistas locais, como autoridades, universidades, ONG ou bases de dados on-line.

A restauração dos ecossistemas pode ocorrer através da replantação activa da vegetação nativa ou da sua protecção activa para permitir a regeneração da vegetação nativa.

- UTZ G.D. 113 - O grupo promove a diversidade ecológica, protegendo e melhorando habitats e ecossistemas.

Os exemplos incluem:

- Plantar árvores e/ou flores;
- Protecção de corredores biológicos;
- Preservação de áreas semi-naturais (por exemplo, sebes, prados, etc.). Os sistemas de cultivo com sombra/agroflorestais cumprem este requisito.

Gestão de espécies exóticas invasoras

- FSC (pág. 109) - A organização deverá usar espécies exóticas apenas quando o conhecimento e/ou a experiência tiverem demonstrado que é possível controlar qualquer efeito invasor e que se encontram implementadas medidas mitigadoras eficazes.

- *Fairtrade Small Producer Organizations* 3.2.38 - deverá aumentar-se a conscientização entre os membros para que as espécies invasoras não sejam introduzidas.

Orientação: A classificação inicial das espécies exóticas pode ser feita pelos membros com base no seu próprio conhecimento. Você pode querer entrar em contacto com um especialista local que poderá fornecer apoio na identificação de espécies exóticas e nas formas em que a sua introdução e propagação podem ser evitadas. Para mais informações consulte a Convenção sobre a Diversidade Biológica em <http://www.cbd.int/invasive/>

RÓTULOS EUROPEUS/NACIONAIS/REGIONAIS

Medidas especiais de protecção das espécies

- *Bee friendly*, um rótulo europeu para promover produtos que respeitam as abelhas, exige, no nível superior, um critério qualitativo em que as sebes ou outras áreas de biodiversidade deverão ser constituídas por mais do que 5 espécies de flora autóctone e espontânea.
- *Standard for Sustainable Cattle Production Systems* (página 24) - A exploração está comprometida com a coexistência responsável de gado e vida selvagem. Por isso, procura estar informado junto das autoridades locais e especialistas para gerir um ataque de um predador e sabe quem contactar em caso da repetição da ocorrência. As explorações de gado com áreas naturais ou perto de áreas naturais ou dentro de corredores biológicos tomam medidas para evitar ataques ao gado por predadores selvagens, mesmo se não houver um histórico prévio de ataques. Uma exploração susceptível ou que tenha relatado ataques de predadores selvagens implementa medidas para minimizar o risco de ataques ao gado, incluindo: localizar vacas com os seus bezerros em pastagens ou cercados interiores, localizar grandes animais - incluindo animais com chifres - em pastagens adajacentes a ou perto de florestas, e instalar cercas eléctricas em pastagens periféricas adjacentes ou perto de florestas. Caso o gado seja atacado, a exploração relata esses incidentes às autoridades locais competentes ou procura organizações espe-

cializadas em gestão da vida selvagem.

- **Sustentabilidade Garantida** - Norma para a Carne de Bovino (página 4) - Os locais de nidificação situados em áreas para corte de feno, silagem ou grão deverão ser identificados pelo agricultor, com o apoio do sistema de aconselhamento, que deverá possuir competências técnicas na área da biodiversidade. Num raio de 5-10 m (variável em função das espécies e dos locais) não será efectuada a colheita, para que permaneça uma área de protecção em redor do ninho.
- **Sustentabilidade Garantida** - Norma para a Carne de Bovino (página 6) - Execute os trabalhos nos meses de Verão (Julho a Setembro). No entanto, se tiver que realizar trabalhos dentro do leiteo, concentre-se nos meses de Agosto e Setembro para não afectar os peixes na época de reprodução.
- **QZ - Baden Württemberg 9.** Medidas para promover a biodiversidade (*ZA I - Getreide, Ölsaaten, Hülsenfrüchte*) – *Lark window* (sem necessidade de lentilhas): deverão ser criados dois locais de nidificação de cotovias por hectare tão uniformemente quanto possível. Estas áreas deverão ter, pelo menos, 3 m de largura e no máximo 12 m de comprimento. O tamanho ideal é de 16-24 m².

Gestão de infra-estruturas ecológicas (sebes, lagoas, outros habitats)

- **IP Suisse:** Área de superfície para promover a biodiversidade # 5.4 (pousio florido) e # 5.8 (faixa de herbáceas floridas para polinizadores e organismos benéficos)
- **QZ - Baden Württemberg 7.** Plantação, preservação e manutenção de elementos estruturais naturais (*ZA II - Hopfen*) – Deverão ser preservados ou restabelecidos elementos estruturais naturais tais como sebes e plantas espontâneas com o objectivo de melhorar as condições de vida dos organismos benéficos. Para a implementação de sebes, são adequados campos de lúpulo perto de estradas e edifícios residenciais, sebes de cipreste, *Platycerium sp.* e outros arbustos robustos que não são hospedeiros para doenças e pragas dos ciprestes.

■ REQUISITOS DAS EMPRESAS

Medidas especiais de protecção das espécies

- **NESTLÉ RSG 1.** O uso do fogo para preparação das colheitas está sujeito a planos de eliminação gradual. Nos casos em que a queima é usada como parte da colheita de cana-de-açúcar, está em vigor um plano de longo prazo para reduzir e eliminar a prática (levando em conta os impactos da comunidade);
- **Unilever SAC F57** - É proibida a caça, pesca ou colheita de espécies raras, ameaçadas ou em perigo de extinção na exploração. Todos os agricultores e trabalhadores serão informados que não é permitida a destruição de habitats importantes na exploração (ou fora da exploração agrícola devido às actividades agrícolas).

Gestão de infra-estruturas ecológicas (sebes, charcos, outros habitats)

- **FANTA 1.** Facilitar a permeabilidade ecológica da exploração com base em elementos internos que actuam como nós: manchas entre parcelas, corredores, limites de parcelas, limites de exploração e elementos singulares como poços, torres eléctricas ou cabanas. Não perturbar as margens vegetais das parcelas: não pisar, não depositar resíduos e minimizar trabalhos com máquinas; Permitir o estabelecimento da cobertura vegetal nas encostas de charcos e canais de irrigação, bem como em elementos de sistemas de irrigação não utilizados.

Permitir a variabilidade natural das espécies na cobertura das encostas e não plantar espécies ornamentais, uma vez que as espécies autóctones têm melhores benefícios ecossistémicos;

- **FANTA 2.** Introdução de culturas permanentes.

Gestão de espécies exóticas invasoras

- **FANTA 3.** Permitir a variabilidade natural das espécies na cobertura das encostas e não plantar espécies ornamentais, uma vez que as espécies autóctones têm melhores desempenhos ecossistémicos. Evitar a presença de espécies exóticas e/ou invasoras.

6.3.3 Conclusões

Utilização de animais e plantas selvagens:

- ◆ O critério “utilização de animais e plantas selvagens” é pouco abordado, porque poucos rótulos e sistemas de produção dependem do mesmo. Adicionalmente, esta questão não é relevante para a maioria das produções agrícolas, mas é claro que mereceria um desenvolvimento específico para os sistemas de produção onde são usados animais e plantas selvagens devido à sua enorme complexidade;
- ◆ Se os critérios de recolha/colheita selvagens usam a expressão “recolha sustentável”, os rótulos devem definir o que se entende por tal.
- ◆ Recomenda-se que os rótulos que incluam critérios de recolha/colheita de espécies selvagens se refiram ao *FairWild Standard*. Este rótulo abrange todos os aspectos da recolha sustentável de plantas selvagens.

Espécies exóticas invasoras:

- ◆ A visão das espécies exóticas invasoras (EEI) deverá ser diferenciada porque menos de 90% das espécies invasoras não são problemáticas. O foco deve ser nas EEI comprovada ou potencialmente problemáticas para o ecossistema regional ou as espécies autóctones;

- ◆ Alguns países (por exemplo os EUA, a África do Sul e a Suíça) desenvolveram as chamadas "listas negras" com EEI que não deverão ser importadas ou libertadas na natureza. O conceito foi agora transferido para a Alemanha e a Áustria (ver <http://www.neobiota.de/massnahmen.html>). As organizações detentoras de rótulos deverão fornecer listas de EEI problemáticas para as suas empresas certificadas e certificarem-se que os agricultores procurem aconselhamento a fim de travar a propagação de EEI. Por exemplo, poderão ser identificados consultores agrícolas em cooperação com as agências regionais de conservação da natureza, ONG ou especialistas em EEI;
- ◆ As organizações detentoras de rótulos deverão responder rapidamente quando são identificadas EEI nas regiões em que estão a trabalhar. A eliminação das espécies invasoras torna-se mais difícil e mais cara quanto mais tempo se espera e mais assimiladas se tornam as espécies;
- ◆ As organizações detentoras de rótulos deverão solicitar aos operadores agrícolas que usem apenas espécies autóctones sempre que possível, para evitar a propagação inadvertida de EEI através das suas actividades (por exemplo, da propagação de sementes ou de partes de plantas).

Medidas especiais de protecção das espécies:

- ◆ Existem medidas que têm sempre impactos fundamentalmente positivos para proteger a biodiversidade (por exemplo, limitações no uso de fertilizantes/pesticidas e gestão da água). A identificação de medidas gerais para criar ou manter elementos paisagísticos é mais difícil. Idealmente, um rótulo definirá medidas para a criação e manutenção de características regionais típicas em combinação com medidas para promover espécies indicadoras;
- ◆ Alguns rótulos, como o de qualidade regional alemão QZ *Baden Württemberg*, têm uma boa experiência com um catálogo de medidas das quais o agricultor pode seleccionar um número mínimo. Este procedimento apoia a biodiversidade porque as condições operacionais e regionais podem ser melhor adaptadas ao contexto;
- ◆ Não é necessária uma avaliação de referência na maioria dos rótulos. No entanto, realizar uma avaliação de referência é um requisito para a implementação de critérios (por exemplo, quando os planos de acção são desenvolvidos). Além disso, os impactos positivos dos critérios só podem ser determinados se uma avaliação de linha de referência for concluída e a monitorização for implementada;
- ◆ É importante considerar o quão detalhada deve ser a avaliação de referência para que a mesma forneça dados significativos mas não seja demasiado complexa para o agricultor. As normas deverão, no mínimo, exigir o mapeamento dos habitats na exploração e nas zonas adjacentes. As operações no interior de ou adjacentes

a áreas protegidas ou Áreas de Alto Valor de Conservação deverão também monitorizar espécies de animais e plantas classificadas pelas autoridades reguladoras como espécies protegidas ou listadas na Lista Vermelha da UICN;

- ◆ Muitas vezes, uma declaração sobre a qualidade do habitat é apenas possível identificando a presença de espécies indicadoras, por exemplo em áreas arenosas que albergam escaravelhos da areia, abelhas selvagens, vespas, etc. Os rótulos deverão, portanto, exigir uma avaliação de referência, bem como uma metodologia de avaliação apropriada para determinar que espécies podem ser identificadas e como podem ser protegidas. Esta avaliação deverá, idealmente, ser muito simples de executar e não exigir conhecimentos técnicos específicos. A FIBL Suíça e a Estação Ornitológica de Sempach, na Suíça, desenvolveram um sistema de indicadores simples, mas significativo;
- ◆ Os rótulos deverão fornecer assistência às operações agrícolas certificadas para monitorizar a presença de espécies vegetais e animais protegidas, realizar uma avaliação de referência, identificar espécies indicadoras e monitorizar o desenvolvimento da biodiversidade (por exemplo, através da espécie-alvo ou indicadora seleccionada). Esta assistência pode incluir medidas de formação (por exemplo, em cooperação com organizações ambientais), listas de verificação regionais, estabelecimento de contactos com autoridades regionais/locais de conservação da natureza e organizações ambientais, listas de verificação regionais, etc.;
- ◆ A maioria dos Estados-Membros europeus identificou espécies para as quais Estado-Membro têm uma responsabilidade regional. Algumas destas espécies podem ser usadas como indicadores do desenvolvimento e preservação de estruturas ecológicas. É, portanto, necessária uma monitorização regular destas espécies.

As conclusões para a secção 5.1 - Destruição e degradação de ecossistemas são também de grande importância para a protecção das espécies e deverão ser consideradas. São essenciais habitats intactos para a sobrevivência das espécies.

- ◆ Monitorizar o impacto na biodiversidade é um desafio para todas as organizações detentoras de rótulos e, portanto, uma tarefa que as mesmas deverão implementar em conjunto. Um sistema de monitorização regional apoiado por vários rótulos seria mais significativo e eficiente em termos de custos;
- ◆ Os rótulos podem especificar critérios para processos (por exemplo, requisitos para a elaboração de um plano de conservação) e dar orientação para uma determinada medida (por exemplo, diversidade de espécies em pastagens semeadas). Baseados nos mesmos, os certificadores podem avaliar a qualidade dos processos e realizar uma avaliação básica da qualidade da acção. O sucesso da medida depende de factores externos que o certificador não pode observar directamente, mas que precisam ser detectados através da monitorização. Para outras conclusões ver "Monitorização".

6.4 Perda de diversidade genética

6.4.1 Principais resultados

- Todos os rótulos que abordam esta questão centram-se no aspecto de proibição de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) e na promoção de variedades das plantas das culturas;
- As empresas que lidam com este critério centram-se nas variedades de plantas cultivadas, mas não abordam a promoção da diversidade de raças pecuárias.

6.4.2 Exemplos positivos de critérios que abordam este critério com alta efectividade

■ RÓTULOS INTERNACIONAIS

Sem OGM

- *Standard For Sustainable Cattle Production Systems* (página 9) - Embora actualmente os bovinos ou búfalos transgénicos não estejam comercialmente disponíveis, a Sustainable Agriculture Network (SAN) esclarece que não permite a alteração genética de animais em explorações certificadas ou a presença de clones. A exploração tem um programa de reprodução (reprodução natural, inseminação e/ou transferência de embriões) para produzir os seus próprios animais, compra-os de explorações certificadas ou de explorações que mantêm um registo dos animais e garante que não são transgénicos nem originados de clones. A exploração possui registos de reprodução, inseminação artificial/ou transferência de embriões, bem como registos de partos no arquivo individual da mãe do bezerro nascido na exploração que garante que os animais não são clonados. A exploração possui documentação comprovativa de que os animais adquiridos de terceiros não são originários de clones (registo individual da exploração de origem que indica touro, vaca e data de nascimento e desmame do animal adquirido);
- NATURLAND (Aquicultura) A.; II. Regulamentos gerais (de gestão). Outras disposições predominantes 3. Não utilização de OGM e derivados de OGM - Os organismos geneticamente modificados (OGM) e os seus derivados são incompatíveis com a produção biológica. Os produtos produzidos de acordo com os rótulos Naturland devem, portanto, ser fabricados em toda a sua cadeia produtiva e de valor sem a utilização de organismos geneticamente modificados (OGM) e derivados de OGM. As definições dadas na secção 2 da Directiva 2001/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e os critérios de exclusão para a engenharia genética dos regulamentos ecológicos Regulamento (CE) n.º 834/2007 do Conselho e Regulamento (CE) n.º 889/2008 da Comissão são aplicadas. Inclusivamente, a contaminação não intencional de produtos certificados pela Naturland com organismos geneticamente modificados pode levar à negação da certificação (pág. 10).
- 2 - Um "Derivado de OGM" é qualquer substância produzida a

partir de, ou através de, OGM, mas que não contem nenhum OGM propriamente dito. "A utilização de OGM e derivados de OGM" significa a sua utilização como géneros alimentícios, ingredientes de géneros alimentícios (incluindo aditivos e aromatizantes), aditivos de transformação (incluindo solventes de extracção), alimentos para animais, alimentos compostos para animais, matérias-primas para alimentação animal, aditivos para forragens, aditivos para o processamento de alimentos para animais, determinados produtos para a alimentação animal, pesticidas, fertilizantes, melhoradores do solo, sementes, material de propagação vegetativa e animais.

Para efeitos destes rótulos, entende-se por: 1. Organismo: qualquer unidade biológica capaz de reproduzir ou transmitir material genético. 2. Organismo geneticamente modificado (OGM): organismo cujo material genético foi modificado de uma forma não possível de forma natural por cruzamento e/ou recombinação natural.

■ RÓTULOS EUROPEUS/NACIONAIS/REGIONAIS

Promoção de variedades de raças pecuárias

- O rótulo francês de Alto Valor Ambiental (*Haute Valeur Environnementale*), gerido pelo Ministério da Agricultura, incluiu um critério baseado no número de espécies criadas.
- DOP *Dehesa de Extremadura* - O produto a ser protegido pela Indicação Geográfica Protegida (IGP) é produzido exclusivamente a partir de carcaças de animais criados de forma extensiva das raças autóctones Retinta, Avileña-Negra Ibérica, Morucha, Blanca Cacereña e Berrendas.

Promoção de variedades vegetais

- *Haute Valeur Environnementale* - Indicador: diversidade de espécies e variedades. Número de clones para vinha. Número de variedades para pomares e vegetais.
- Bioland 3.5 *Seeds, Seedlings and Plant Materials*/3.5.1 *Basic Principles* - Para o cultivo, deverão ser usadas as espécies e variedades de plantas mais adequadas para as condições prevalentes no local, não susceptíveis a doenças e de alta qualidade nutricional fisiológica. Na agricultura, devem ser usadas as variedades típicas da área preferencialmente às variedades híbridas. O uso de híbridos CMS originários de fusão de citoplastos é proibido em verduras.

Apoio às raças de gado e culturas agrícolas ameaçadas

- *Haute Valeur Environnementale* - Indicador: número de espécies, variedades e raças ameaçadas.

Sem OGM

- Com o rótulo *Bee friendly*, os OGM são proibidos e os inputs externos têm de estar certificados com o rótulo de "agricultura biológica".
- GQ Hessen 3.5.3 Sementes e material de plantação (Parte geral

de plantas) - É proibida a utilização de sementes e material vegetal geneticamente modificados.

6.4.3 Conclusões

Isenção de OGM

- ◆ As matérias-primas isentas de OGM são um factor-chave para a preservação da biodiversidade na indústria alimentar. As culturas convencionais estão melhor adaptadas às condições naturais, tornando-as menos susceptíveis a pragas e doenças, e frequentemente precisam menos de pesticidas. Um aumento do uso de pesticidas tem um impacto negativo sobre a diversidade de plantas não cultivadas que crescem nos campos e áreas adjacentes, afectando também os insectos que dependem dessas plantas. Outro problema essencial das plantas geneticamente modificadas é o cruzamento e sua disseminação descontrolada. Consequentemente, as organizações possuidoras de rótulos e as empresas com critérios neste “driver” excluem completamente as matérias-primas geneticamente modificadas;
- ◆ Os rótulos em países com plantas geneticamente modificadas deverão apoiar operações agrícolas certificadas, fornecendo-lhes uma visão geral (tipos de plantas vendidas, marcas, etc). Esta visão geral ajudará o operador da exploração a evitar comprar material vegetal geneticamente modificado por desconhecimento;
- ◆ A conservação da diversidade genética deverá ser promovida através da utilização de culturas geneticamente mais diversas, bem como pela adopção de acções específicas sobre material em perigo (variedades ou raças locais ou tradicionais). Em alguns casos específicos, as hipóteses de introduzir variabilidade genética são muito reduzidas. Por exemplo, os tomates de processamento (livres de OGM, mas altamente seleccionados) não têm parentes tradicionais. Foram criados para uso pela indústria alimentar e as variedades utilizadas respondem a necessidades muito específicas (grau de açúcar, cor, viscosidade, etc.). Outro exemplo: para o trigo duro, a indústria exige níveis muito elevados de proteínas, que na maioria dos casos apenas podem ser alcançados usando variedades seleccionadas. As variedades tradicionais estão, na sua maioria, longe das especificações exigidas, e os agricultores não produzirão produtos que não as cumpram. Por conseguinte, é necessário que a indústria alimentar apoie o desenvolvimento para a diversificação genética, alterando ou adaptando as suas especificações às características das variedades tradicionais.
- ◆ O apoio a raças de gado e culturas ameaçadas não é abordado de forma adequada. Um dos principais problemas é que as listas dessas espécies nem sempre existem a nível nacional. Os Rótulos e as empresas poderiam recolher estas informações e, sempre que possível, encorajar os agricultores a utilizar raças e culturas de animais tradicionais ou em vias de extinção.

Variedades de plantas de culturas e variedades de raças pecuárias

- ◆ Os agricultores certificados não são motivados e/ou incentivados (por exemplo, através de pontos positivos) para contribuir para a diversidade de culturas e espécies de gado;
- ◆ A padronização dos sistemas de produção e a concentração em poucas variedades de alto desempenho levou, em particular, à perda de agro-biodiversidade. Variedades antigas ou tradicionais não são, muitas vezes, protegidas e, portanto, não são comercializáveis. Isto limita o intercâmbio de sementes, bem como o seu desenvolvimento. Os rótulos desempenham, também, um papel importante na padronização e redução das variedades cultivadas. Desta forma, têm a responsabilidade de aumentar o apoio à, e a protecção da, agro-biodiversidade.
- ◆ Para um melhor uso das variedades tradicionais são necessários maiores esforços em investigação e maior prontidão por parte dos agricultores para estimular o apoio a estas variedades e raças. Uma vez que uma decisão a este respeito resulta, muitas vezes, em rendimentos mais baixos em comparação com a agricultura convencional, tal faz com que este apoio seja raramente observado na prática. Neste ponto os decisores políticos, os rótulos e as empresas deverão ser responsabilizados por contrariar esta tendência.

6.5 Gestão

6.5.1 Principais resultados

- ◆ Os rótulos e as empresas com critérios neste “driver” concentram-se na exigência de um sistema de gestão ambiental e na formação de trabalhadores e agricultores;
- ◆ Todos os outros aspectos têm sido menos abordados;
- ◆ Somente um número reduzido de critérios foi considerado eficaz, sendo que a eficácia de um grande número dos mesmos não pôde ser avaliada. No entanto, quase metade dos critérios são verificáveis.

6.5.2 Exemplos positivos de critérios que abordam este “driver” com alta efectividade

■ RÓTULOS INTERNACIONAIS

Monitorização

- RSP0 5.2.4 - Quando um plano de gestão for criado, haverá monitorização contínua dos seguintes pontos:
 - O estatuto das espécies de Alto Valor de Conservação e Raras ou Ameaçadas que são afectadas pelas operações de plantação deverão ser documentadas e relatadas;

- Os resultados da monitorização deverão ser reportados no plano de gestão.

- a. O plano de gestão inclui a monitorização contínua do estatuto das espécies de Alto Valor de Conservação e Raras ou Ameaçadas afectadas pelas plantações ou operações?

- b. O estatuto é documentado e relatado?

- c. Os resultados da monitorização são reportados no plano de gestão?

Solicitação de um Plano de Acção para a Biodiversidade

■ **LEAF 8.1.** – A Auditoria de Conservação da Paisagem e da Natureza inclui mapas com referência às seguintes características ambientais-chave: áreas e sítios na exploração com alguma designação de paisagem legal; lagos, lagoas e cursos de água ou habitats semi-naturais; terrenos onde se encontram outras espécies importantes; listas de quaisquer espécies importantes registadas na área de edifícios tradicionais.

■ **SAI FSA63** – Avaliou a biodiversidade e identificou acções prioritárias para preservar a biodiversidade na exploração?

Uma avaliação inclui:

1. Identificação de espécies (vegetais e animais) raras e ameaçadas na exploração;
2. Identificação de acções prioritárias que promovam a biodiversidade;
3. Participar num plano de biodiversidade ao nível da paisagem (se existente e prático).

Os pequenos agricultores de países com menores rendimentos são capazes de explicar os potenciais impactes das suas operações na biodiversidade e como evitam impactes negativos potenciais e criam potenciais benefícios das suas operações na biodiversidade. A avaliação deverá incluir plantas, animais e solo. Esta avaliação poderá ser gerida a nível da paisagem ou do grupo e a avaliação poderá ser feita por organismos públicos ou privados.

■ **SAI FSA64** – Existe um plano de biodiversidade para a exploração para manter ou melhorar a biodiversidade? O plano de biodiversidade é revisto anualmente e, se disponível e prático, faz parte de um plano de biodiversidade ao nível da paisagem.

Orientação: Este plano pode ser um plano separado ou um capítulo de um plano de gestão agrícola global. Os agricultores são encorajados a ter um plano de acção de biodiversidade para a sua exploração que inclui:

- Um mapa da localização de áreas ou características importantes para a biodiversidade na e ao redor da exploração;
- Detalhes de como são disponibilizados habitats de vida selvagem e fontes de alimento através de sebes, margens de campos, pastagens extensivas, etc.;
- Medidas para evitar a degradação e a desflorestação de áreas de Alto Valor de Conservação ou outras áreas ecologicamente sensíveis;
- Avaliação da possível ruptura de corredores biológicos devido a

actividades da exploração e, se requerido, com base nas medidas de mitigação da avaliação.

- Este plano pode ser gerido a nível paisagístico ou de grupo e a revisão pode ser efectuada por organismos públicos ou privados.

Qualificação dos trabalhadores e dos agricultores

■ **Fairtrade Small Producer Organizations 3.2.2** - Deverá providenciar formação aos seus membros sobre o tema da gestão integrada de pragas. Esta formação deverá incluir:

- Monitorização de pragas e doenças;
- Formas alternativas de controlar pragas e doenças;
- Medidas preventivas contra pragas e doenças;
- Medidas para evitar que as pragas e doenças criem resistência aos pesticidas.

Orientação: Os controlos alternativos referem-se a métodos adicionais ao do uso de pesticidas químicos. Estes podem incluir controlos biológicos como a introdução de inimigos naturais ou controlos físicos, como armadilhas pegajosas para capturar pragas, bem como outros meios que reduzem e/ou controlam a população da praga. As medidas preventivas referem-se a técnicas de cultivo que podem reduzir a presença ou os efeitos das pragas. Os membros são livres para escolher as medidas adequadas. Estas podem incluir a rotação de culturas, coberturas do solo, a mistura de composto com o solo, a remoção de plantas e partes de plantas infestadas e realização de culturas associadas ou mistas.

Cooperação com a abordagem colectiva local/regional

■ **FSC (pág. 43)** – Através do envolvimento com as comunidades locais, a Organização deve implementar acções para identificar, evitar e mitigar os impactes negativos que sejam significativos do ponto de vista ambiental, económico e social das suas actividades de gestão nas comunidades afectadas. As acções implementadas devem ser proporcionais à escala, intensidade e risco das actividades e seus impactes negativos.

■ RÓTULOS EUROPEUS/NACIONAIS/REGIONAIS

Requisito de um sistema de gestão ambiental

■ As especificações do rótulo francês *Bio Cohérence* incluem um auto-diagnóstico do agricultor sobre práticas agro-ambientais, sociais e económicas. A *Bio Cohérence* apoia os agricultores com base nos resultados do auto-diagnóstico. O documento foi construído para aumentar a conscientização das explorações sobre questões ambientais.

Qualificação dos trabalhadores e dos agricultores

■ O rótulo *Bee Friendly* requer que as pessoas que trabalham numa exploração *Bee Friendly* sejam formados para a identificação e conscientização sobre os polinizadores e seus papéis. As sessões

de formação *Bee Friendly* são organizadas por região pela iniciativa da *Bee Friendly* com parceiros locais;

- *Bee Friendly* - qualificação dos agricultores, transferência de conhecimentos sobre regulação de pesticidas e lista negra.

Cooperação com a abordagem colectiva local/regional

- A certificação ambiental francesa (nível 2) do Ministério da Agricultura exige o envolvimento dos agricultores em programas de acção colectiva, se disponíveis na respectiva área geográfica de um agricultor, que lidam com a redução do uso de pesticidas.

■ REQUISITOS DAS EMPRESAS

Solicitação de um Plano de Acção para a Biodiversidade

- Unilever SAC S3 - Os fornecedores têm a responsabilidade de assegurar que existe evidência documentada de que cada exploração tem um Plano de Acção de Biodiversidade ("Biodiversity Action Plan", BAP) Individual - ou deverão coordenar as actividades dos agricultores dentro de um BAP que abranja uma gama de actividades em toda a zona agrícola de onde as matérias-primas são compradas;
- Unilever SAC - S4 O BAP incluirá um mapa ou outra avaliação da paisagem da zona agrícola, incluindo a avaliação da presença ou ausência de (i) espécies e habitats raros, ameaçados ou em perigo, (ii) zonas da paisagem com estatuto de Alto Valor de Conservação, (iii) zonas da paisagem com valor para a biodiversidade e (iv) zonas da paisagem que fornecem serviços de ecossistema valorizados. A presença de corredores de vida selvagem conhecidos na paisagem deverá ser incluída na documentação/mapa;
- Unilever SAC S5 - O BAP deverá incluir uma lista de acções que os agricultores poderão desenvolver para apoiar a biodiversidade. Estas devem estar relacionadas com as prioridades locais da biodiversidade e com questões nas quais a agricultura tem influência directa ou indirecta. As acções podem incluir discussões com ONG e governos ou prioridades, e sensibilização e formação no primeiro ano, mas deverão passar posteriormente para uma escala-piloto e para acções em cada exploração. O progresso ao longo do tempo deverá ser demonstrado, de preferência estabelecendo metas mensuráveis no programa de monitorização;
- Unilever SAC F58 - O BAP deve concentrar-se em pelo menos um dos seguintes temas (A-G). Marque todos os que se aplicam para cada exploração separadamente.

A - Se existem localmente espécies ou habitats raros, ameaçados ou em perigo de extinção, o BAP deve incluir uma avaliação dos riscos colocados à espécie ou habitat e o compromisso de manter/melhorar a paisagem cultivada em seu benefício. O BAP inclui um programa de monitorização para determinar se o plano está a ser bem sucedido;

B - Se existirem florestas de Alto Valor de Conservação, áreas húmidas ou outras áreas incluídas ou adjacentes à paisagem de

cultivo, as actividades do BAP na exploração poderão ser focadas na melhoria desses valores.

C - Criação, manutenção e melhoria de uma rede de vegetação natural ("corredores de vida selvagem") ao longo de cercas vivas, sebes, valas, faixas ripícolas, margens de estradas e de campos em toda a paisagem.

D - Poderá incluir acções como: parte da exploração estar disponível para inundação pelo rio (para evitar inundações a jusante), plantação de vegetação que encoraje os predadores a ajudar a reduzir a pressão de pragas, plantação de flores silvestres para manter as populações de polinizadores, parcelas florestais destinadas à produção de lenha para diminuir a pressão sobre as florestas locais, a manutenção de sítios sagrados ou arqueológicos, etc.;

E - Se não houver prioridades específicas de biodiversidade ou de serviços de ecossistema, o BAP, ou as opções dentro do BAP, poderão centrar-se em implementar melhorias gerais na paisagem que sejam consideradas como tendo um valor positivo para a biodiversidade;

F - Se as espécies exóticas ou invasoras são um problema, o BAP deverá incluir uma avaliação da dimensão do problema e um compromisso e acção para a melhoria prática e um programa de monitorização para determinar se o plano está a ser bem sucedido;

G - Se a cultura ou raça animal Unilever exigir a conservação na exploração de variedades autóctones, variedades selvagens ou raras ou raças de animais raras, o programa de conservação pode tornar-se o principal componente de qualquer BAP. Se este for o caso, o BAP deve incluir uma descrição dos objectivos de conservação e do programa em vigor para alcançar esses objectivos e dados de monitorização para demonstrar que se está a progredir.

- Unilever SAC F59 - Deverá haver melhorias na gestão da biodiversidade e dos serviços de ecossistema ao longo do tempo. O BAP deverá incluir um cronograma e um sistema de monitorização que demonstrem como o valor da biodiversidade/serviços de ecossistemas da paisagem cultivada tem sido mantido e melhorado ao longo do tempo.

Qualificação dos trabalhadores e dos agricultores

- FANTA 1. Dar a formação necessária aos trabalhadores de acordo com suas funções, como o cartão de manipulação fitossanitária, quando apropriado. Os operadores que apliquem produtos fitossanitários deverão usar vestuário e equipamento de protecção adequados de acordo com as instruções dadas nas fichas técnicas. O equipamento de protecção individual (EPI) deverá ser armazenado separadamente dos produtos fitofarmacêuticos.

- NESTLÉ RSG 1. 5. Resíduos alimentares e perdas pós-colheita

O desperdício de alimentos e as perdas pós-colheita são minimizados.

- Os produtores e os transformadores adoptam tecnologia e siste-

mas adequados para reduzir as perdas pós-colheita e o desperdício de alimentos.

- Os fornecedores e os agricultores deverão recolher evidências para informar futuras intervenções, com o objectivo de concentrar a atenção na redução de perdas pós-colheita e de outros resíduos alimentares ao longo da cadeia de valor.
- Nos casos em que ocorrem perdas pós-colheita, são feitos esforços para as reduzir perdas a um mínimo aceitável.

Cooperação com a abordagem colectiva local/regional

■ NESTLÉ RSG 2. Criação de valor partilhado para a sociedade e as comunidades locais e Desenvolvimento Rural

O acesso de pequenos produtores às cadeias de abastecimento da Nestlé não é prejudicado pela aplicação de orientações de aquisição responsável.

Os pequenos produtores não enfrentam obstáculos indevidos ou desproporcionados para se tornarem fornecedores da Nestlé como resultado da implementação destes requisitos.

6.5.3 Conclusões

Gestão

- ◆ Os rótulos e as empresas deverão introduzir melhorias claras nos aspectos "monitorização", "cooperação com abordagem colectiva local/regional", "cooperação com peritos externos" e "pedido de um Plano de Acção de Biodiversidade".
- ◆ A verificabilidade é um pré-requisito e um desafio para todos os rótulos. O que podem os auditores cumprir? Podem determinar se um ecossistema está intacto e/ou merecedor de protecção? Não é expectável que os auditores tenham conhecimento de todos os aspectos da biodiversidade em todas as regiões e famílias de animais, mas são especialistas em avaliar a qualidade de processos. Consequentemente, os rótulos, em especial os internacionais, deverão exigir principalmente processos e métodos para a gestão da biodiversidade.
- ◆ A gestão eficiente, por exemplo num plano de acção de biodiversidade, inclui:
 - A realização de uma avaliação de referência;
 - A identificação de impactos directos e indirectos;
 - Definir prioridades (por exemplo, protecção da água ou de determinadas espécies);
 - Estabelecer metas mensuráveis e projectar acções possíveis (plano de acção);
 - Estabelecer indicadores e procedimentos para a monitorização (por exemplo: dimensão das áreas naturais e algumas espécies-chave, monitorização contínua, contribuição de especialistas);
 - Colaboração com as Partes Interessadas (por exemplo, autori-

dades de conservação, organizações de conservação da natureza, comunidades locais, instituições científicas).

- ◆ Não é necessária uma avaliação de referência na maioria dos rótulos. No entanto, realizar uma avaliação de referência é um requisito para a implementação de critérios (por exemplo, quando são desenvolvidos os planos de acção). Adicionalmente, os impactos positivos dos critérios só poderão ser determinados se foi efectuada uma avaliação de referência e for feita monitorização. É importante considerar o quão detalhada deverá ser a avaliação de referência para que forneça dados significativos mas não seja demasiado complexa para o operador da exploração. Os rótulos deverão, no mínimo, exigir o mapeamento dos habitats na exploração e nas zonas adjacentes. As operações nas ou adjacentes a áreas protegidas ou Áreas de Alto Valor de Conservação deverão também monitorizar espécies de animais e plantas classificadas pelas autoridades reguladoras como espécies protegidas ou listadas na Lista Vermelha da UICN.
- ◆ Os rótulos podem especificar critérios para processos (por exemplo, requisitos para a elaboração de um plano de conservação) e dar orientação para uma determinada medida (por exemplo, diversidade de espécies em prados semeados). Com base nisso, os certificadores podem avaliar a qualidade dos processos e realizar uma avaliação básica da qualidade da acção. O sucesso da medida depende de factores externos que o certificador não pode observar directamente, mas que precisam ser detectados através da monitorização.
- ◆ Os Planos de Acção para a Biodiversidade deverão sempre incluir medidas específicas com benefícios agronómicos bem explicados, para evitar que estes planos sejam um objectivo em si próprio sem aplicação real ou interesse para os agricultores.
- ◆ Perguntou-se aos rótulos e às empresas se disponibilizam formação sobre aspectos relacionados com a biodiversidade para os seus avaliadores e explorações certificadas ou fornecedores. As respostas confirmam que a biodiversidade não é um tema incluído nas actividades de capacitação. A biodiversidade é uma questão complexa e o sucesso dos critérios e requisitos depende fortemente da qualidade das medidas implementadas. Assim sendo, é de grande importância que as organizações detentoras de rótulos e as empresas incluam aspectos relacionados com a biodiversidade nas suas actividades de formação. Ver também o ponto "Need of investment into capacity building and accompaniment".



www.food-biodiversity.eu

Uma "Core Initiative" de

